

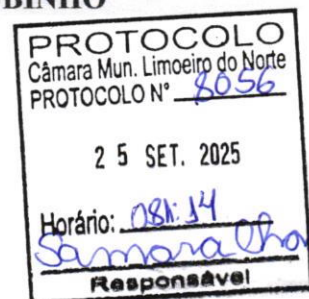


Estado do Ceará

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

Diálogo, Compromisso e Trabalho

GABINETE DO VEREADOR CABO RUBEM / RUBINHO



RECURSO AO PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL. REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 91/2025

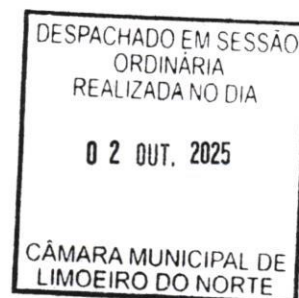
Assunto: Alega-se a devida comissão que tal matéria seria de iniciativa privativa do Poder Executivo.

Verifica-se, com frequência, a inserção em Leis Orgânicas Municipais de vedações à apresentação de projetos de lei de iniciativa parlamentar versando sobre matéria tributária, a base constitucional para tal vedação é com fundamento no disposto no *caput* do art. 61, § 1º, inciso II, alínea "b", da Constituição da República.

Contudo, tal interpretação demonstra-se flagrantemente inconstitucional, porquanto o mencionado dispositivo constitucional restringe a iniciativa legislativa dos parlamentares **exclusivamente** em relação à matéria tributária dos **Territórios Federais**, não se estendendo, por consequência, aos Municípios.

Neste sentido, é pacífico o entendimento do Plenário do Supremo Tribunal Federal, que já se manifestou de modo cristalino pela legitimidade da iniciativa dos membros do Poder Legislativo para a instauração do processo legislativo em sede de leis tributárias. Como exemplo, alguns julgados abaixo:

1) ADI 2464 / AP - AMAPÁ
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. ELLEN GRACIE
Julgamento: 11/ 04/2007 Órgão Julgador: Tribunal Pleno
Publicação
DJe-023 DIVULG 24-05-2007 PUBLIC 25-05-2007
DJ 25-05-2007 PP-00063 EMENT VOL-02277-01 PP-00047
RDDT n. 143, 2007, p. 235





Estado do Ceará

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

Diálogo, Compromisso e Trabalho

LEXSTF v. 29, n. 346, 2007, p. 104-114

Parte(s)

REQTE.: GOVERNADORA DO ESTADO DO AMAPÁ

ADV.: PGE-AP - JOÃO BATISTA SILVA PLÁCIDO

REQDA.: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ

ADVDS.: TARCÍSIO VIEIRA DE CARVALHO NETO E OUTROS

Ementa:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 553/2000, DO ESTADO DO AMAPÁ. DESCONTO NO PAGAMENTO ANTECIPADO DO IPVA E PARCELAMENTO DO VALOR DEVIDO. BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. AUSÊNCIA DE VÍCIO FORMAL. 1. Não ofende o art. 61, § 1º, II, b da Constituição Federal lei oriunda de projeto elaborado na Assembléia Legislativa estadual que trate sobre matéria tributária, uma vez que a aplicação deste dispositivo está circunscrita às iniciativas privativas do Chefe do Poder Executivo Federal na órbita exclusiva dos territórios federais. Precedentes: ADI nº 2.724, rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 02.04.04, ADI nº 2.304, rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 15.12.2000 e ADI nº 2.599-MC, rel. Min. Moreira Alves, DJ 13.12.02 2. A reserva de iniciativa prevista no art. 165, II da Carta Magna, por referir-se a normas concernentes às diretrizes orçamentárias, não se aplica a normas que tratam de direito tributário, como são aquelas que concedem benefícios fiscais. Precedentes: ADI nº 724-MC, rel. Min. Celso de Mello, DJ 27.04.01 e ADI nº 2.659, rel. Min. Nelson Jobim, DJ de 06.02.04. 3. Ação direta de inconstitucionalidade cujo pedido se julga improcedente.

2) ADI 2659 / SC - SANTA CATARINA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. NELSON JOBIM

Julgamento: 03/12/2003

Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJ 06-02-2004 PP-00022 EMENT VOL-02138-03 PP-00595

Parte(s)

REQTE.: GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ADVDO: PGE-SC - WALTER ZIGELLI

REQDA.: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA

CATARINA



Estado do Ceará

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

Diálogo, Compromisso e Trabalho

EMENTA: CONSTITUCIONAL. LEI DE ORIGEM PARLAMENTAR QUE FIXA MULTA AOS ESTABELECIMENTOS QUE NÃO INSTALAREM OU NÃO UTILIZAREM EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL. PREVISÃO DE REDUÇÃO E ISENÇÃO DAS MULTAS EM SITUAÇÕES PRÉ-DEFINIDAS. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA NÃO LEGISLOU SOBRE ORÇAMENTO, MAS SOBRE MATÉRIA TRIBUTÁRIA CUJA ALEGAÇÃO DE VÍCIO DE INICIATIVA ENCONTRA-SE SUPERADA. MATÉRIA DE INICIATIVA COMUM OU CONCORRENTE. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.

3) ADI-MC 724 / RS - RIO GRANDE DO SUL

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. CELSO DE MELLO

Julgamento: 07/05/1992

Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJ 27-04-2001 PP-00056 EMENT VOL-02028-01 PP-00065

Parte(s)

REQTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

REQDO. : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA: ADI - LEI Nº 7.999/85, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, COM A REDAÇÃO QUE LHE DEU A LEI Nº 9.535/92 - BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO - MATÉRIA DE INICIATIVA COMUM OU CONCORRENTE - REPERCUSSÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL - ALEGADA USURPAÇÃO DA CLÁUSULA DE INICIATIVA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE JURÍDICA - MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA. - A Constituição de 1988 admite a iniciativa parlamentar na instauração do processo legislativo em tema de direito tributário. - A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca. - O ato de legislar sobre direito tributário, ainda que para conceder benefícios jurídicos de ordem fiscal, não se equipara - especialmente para os fins de instauração do respectivo processo legislativo - ao ato de legislar sobre o orçamento do Estado.

Ademais, a doutrina constitucionalista majoritária invoca o **princípio da simetria**, repudiando qualquer interpretação extensiva de norma constitucional que, por seu texto expresse, refere-se tão-somente aos Territórios Federais, não podendo ser transposta para a esfera municipal.



Estado do Ceará


Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

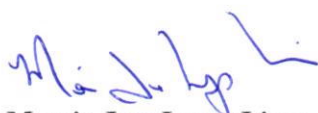
Diálogo, Compromisso e Trabalho

Diante do exposto, não restam dúvidas acerca da **legitimidade ativa** dos Vereadores para a apresentação do projeto de lei em comento. Qualquer disposição contida na Lei Orgânica Municipal ou no Regimento Interno que, em sentido contrário, impeça ou restrinja tal iniciativa, caracteriza **vício de inconstitucionalidade manifesto**, ante o entendimento já pacificado pela Suprema Corte.


Por todo o fundamento expendido, impõe-se a **reformulação do parecer** emitido, para que seja reconhecida a regularidade iniciativa do projeto e, conseqüentemente, seja ele encaminhado para a devida apreciação meritória.

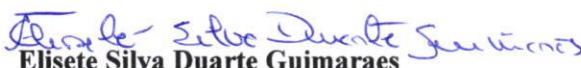
Atenciosamente,


Rubem Sergio de Araújo
Vereador


Marcio Jose Lopes Lima
Vereador


Lauro Gardenio Pinheiro Machado
Vereador


José Valdir da Silva
Vereador


Elisete Silva Duarte Guimaraes
Vereadora

